

Sudão do Sul: novo país, enormes desafios

South Sudan: new country, huge challenges

Lucas Kerr de Oliveira¹

Igor Castellano Silva²

Meridiano 47 vol. 12, n. 128, nov.-dez. 2011 [p. 25 a 35]

No sábado, dia 9 de julho, foi oficializada a separação da região sul do Sudão, que passou a ser chamada de República do Sudão do Sul, ou Sudão Meridional. Na sexta-feira, 08 de julho, o governo do Sudão já havia reconhecido a independência do novo país, e no fim de semana da independência as principais potências mundiais o fizeram. Isto inclui os países do Conselho de Segurança da ONU – EUA, Rússia, China, Inglaterra e França –, boa parte da Europa Ocidental incluindo Alemanha, além de Brasil, Turquia, Japão e Austrália, e os representantes de organizações regionais como a Liga Árabe, a IGAD (*Intergovernmental Authority on Development*), a União Africana (UA) e a União Européia. Finalmente, na quinta-feira seguinte, dia 14 de julho, o Sudão do Sul foi admitido como o 193º membro da Organização das Nações Unidas (ONU).

Surpreende a rapidez do reconhecimento e a quantidade de países que o anunciaram, especialmente diante das resistências manifestadas até pouco tempo, principalmente por parte dos países africanos. A resistência deve-se a temores de que a independência de uma região deste tipo – envolvida em conflitos onde argumentos étnico-linguísticos ou segregacionistas de base religiosa sustentam pretensões separatistas –, seja uma verdadeira “caixa de pandora”. Ou seja, que seu reconhecimento incentive separatismos semelhantes em todo o continente. Cumpre lembrar a oposição histórica da maioria dos países africanos, e da própria Organização da Unidade Africana (OUA) – hoje União Africana –, contra mudanças fronteiriças durante os processos de descolonização ou a qualquer movimento separatista, dito autonomista. Biafra, Cabinda, Katanga e Somalilândia são exemplos claros dessa tradicional postura africana de não reconhecer movimentos separatistas. Ademais, enquanto que o Sudão deixa de ser definitivamente o maior país africano, uma série de incertezas continuam a pairar sobre o futuro dos países do Chifre da África. Inclusive relativas às perspectivas de guerra ou paz, de conflito ou cooperação na região.

Este artigo aborda o processo de independência do Sudão do Sul e identifica os principais desafios que envolvem o processo de construção do novo Estado. Entre eles, destacam-se a solução dos problemas envolvendo disputas pelo petróleo e o estabelecimento de uma infraestrutura que atue como elemento centrípeto frente a forças desagregadoras, como a pobreza e a atuação de grupos insurgentes. Identifica-se aqui a integração regional como alternativa mais sustentável para a viabilidade do projeto.

1 Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestre em Relações Internacionais pela mesma universidade, bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. É pesquisador pós-graduando vinculado ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais – NERINT e Diretor Geral do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia – ISAPE. (lucaskerr@yahoo.com.br)

2 Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestre em Ciência Política e bacharel em Relações Internacionais pela mesma universidade. É pesquisador pós-graduando vinculado ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais – NERINT e Diretor Administrativo do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia – ISAPE. (igor.castellano@gmail.com)

O caminho da independência

A separação do Sudão do Sul é parte de um processo complexo, resultante dos acordos de paz de 2005, que puseram fim à Segunda Guerra Civil do Sudão (1983-2005), conflito que resultou em mais de 2 milhões de mortos. Os acordos foram negociados ao longo da primeira metade da década de 2000 e incluíram a aceitação de que haveria um referendo que consultaria a população sulista acerca da independência da região. Realizado em janeiro deste ano, o referendo terminou com a vitória dos que defendiam a separação. Como resultado, o Sudão do Sul proclamou no dia 9 de julho sua independência em uma cerimônia oficial na nova capital, a cidade de Juba.

As declarações oficiais do governo de Cartum são de que se pretende estabelecer laços duradouros de cooperação com o novo Estado do sul, buscando solucionar disputas pendentes no que se refere às fronteiras, ao uso de redes hidrográficas comuns, à dívida externa e à extração e ao escoamento de petróleo envolvendo oleodutos que passam pelo Sudão.

Apesar da “euforia” de grande parte da imprensa internacional, o novo Estado nasce com desafios gigantescos, que vão desde a pobreza extrema e sérias deficiências de infraestrutura, até a efetivação do controle do território pelo novo governo, passando pelas disputas ainda pendentes na demarcação das fronteiras. Este último ponto diz respeito, sobretudo, ao fato de que Sul reivindica territórios que não estavam incluídos nos acordos de paz – o que sugere o envolvimento ainda mais direto do novo país nas disputas geopolíticas por petróleo.

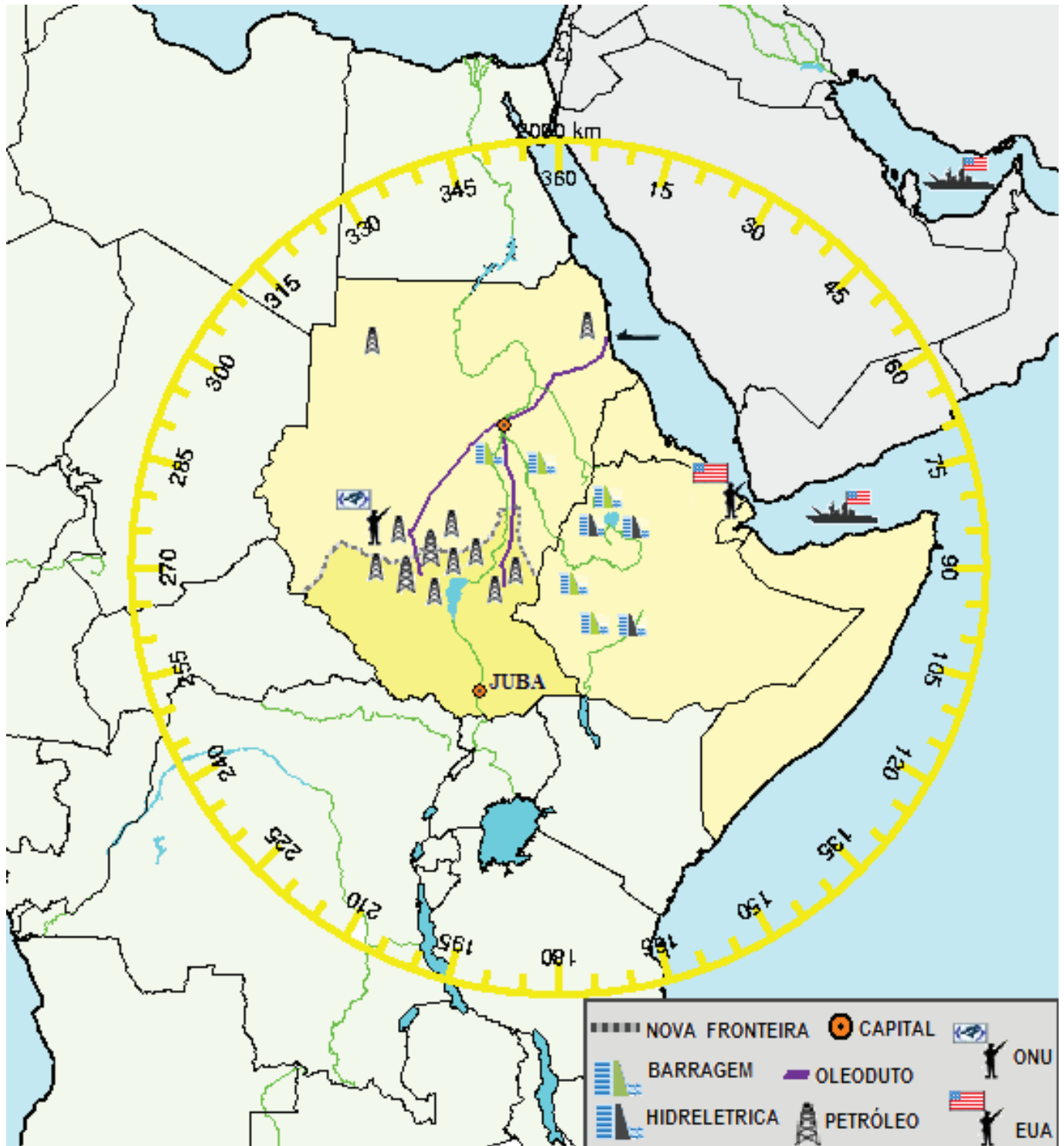
Pobreza e deficiências de infraestrutura

O Sudão do Sul é um país que já nasce com alguns dos piores indicadores sociais do mundo. Há praticamente nenhuma infraestrutura de saneamento básico, sendo que apenas 13% da população têm acesso à água tratada e 3,3% contam com água e esgoto encanados. Além disso, cumpre referir que cerca de 90% da população vivem com menos de um dólar por dia, ou seja, encontram-se abaixo da linha da miséria. Ademais, o país possui somente três hospitais e um índice de apenas 1 médico para cada 500 mil habitantes. O resultado deste quadro é grave. O Sudão do Sul apresenta o pior índice mundial de mortalidade materna no parto (mais de 2 mil mortes por 100.000 nascimentos). Além disso, estimativas apresentam um quadro de mortalidade infantil de 102 óbitos por mil crianças no 1º ano de vida, o que coloca o país entre os 20 piores do mundo e o pior quando considerada a mortalidade até cinco anos (SHHS, 2007).

O novo país também não conta com praticamente nenhuma infraestrutura mais complexa de transportes, energia ou comunicações, haja vista que as existentes concentram-se em Cartum. O Sudão do Sul conta com apenas 50 km de estradas pavimentadas em um território de 619 mil km², sendo que a maior parte dos trechos asfaltados concentra-se nos arredores de Juba. Importa destacar ainda, que o governo federal do Sudão nunca construiu uma única grande estrada asfaltada ligando a capital Cartum à região sul do país, o que limitou historicamente qualquer perspectiva de integrar a economia das diferentes regiões do país. Além disso, parte da rarefeita infraestrutura herdada da era colonial acabou destruída ainda na primeira guerra civil do país (1955–1972) e nunca foi reconstruída. O pouco que restou foi destruído durante a segunda guerra civil (1983-2005).

No que tange à energia, apenas 10% das residências do Sudão do Sul possuem algum tipo de acesso a eletricidade (incluindo o acesso durante apenas algumas horas por dia) e somente 4% tem acesso a gás de cozinha ou GLP. Salienta-se que 92,6% da população ainda utilizam combustíveis sólidos para cozinhar (lenha, carvão vegetal, briquete, restos de biomassa ou esterco), o que resulta em um elevado índice de doenças respiratórias (SHHS, 2007). Felizmente, nos últimos anos avançaram os projetos para a construção de usinas hidrelétricas e termoelétricas no país, basicamente com investimentos egípcios ou etíopes, que poderão entrar em funcionamento ainda

nesta década. As recentes negociações envolvendo a China e a aproximação com este país – que tradicionalmente apoiou o governo de Cartum contra o Sul do Sudão –, também pode ter resultados significativos, já que os maiores investimentos em infraestrutura hoje no continente africano são chineses.



Mapa 1 – O Sudão e o Sudão do Sul no contexto regional

Nota: Mapa centralizado no Sudão, mostrando em amarelo os países integrantes da IGAD e em destaque o Sudão do Sul, no contexto do Chifre da África. Editado pelos autores utilizando mapa com projeção azimutal equidistante com escala radial de 250km/cm, centrado na latitude norte, longitude 30 leste, nas proximidades da nova fronteira entre o Sudão e o Sul do Sudão.

O Sudão do Sul detém atividades econômicas potencialmente complementares às do Sudão, o que fornece boas perspectivas ao desenvolvimento do comércio regional. Todavia, dificilmente poderia haver qualquer processo de construção de uma economia nacional sem uma infraestrutura mínima integrando o novo país. Este possui uma economia essencialmente agrícola, voltada para a produção de produtos tropicais (algodão, sorgo, amendoim, banana e goma arábica). Também não conta com atividades industriais expressivas em nenhum setor, exceto os de mineração e de extração petrolífera. Além disso, o país não possui uma saída própria para o mar. Dessa forma, a principal riqueza natural do Sudão do Sul, o petróleo, é exportada por oleodutos que passam pelo território do Sudão antes de chegar ao Mar Vermelho. Assim, mesmo após a sua independência política, a região vai continuar dependente do Sudão, sobretudo para o escoamento e exportação de seu petróleo.

Segurança pública e segurança regional

Tanto o Sudão quanto o Sudão do Sul, em escala ainda maior, possuem sérias dificuldades para resolver problemas básicos de segurança pública. A quantidade de bandos armados que atuam em paralelo ao poder estatal é quase incalculável. Trata-se, sobretudo, de grupos armados *proxy* financiados pelo norte e de antigos aliados do sul que se opuseram aos acordo de paz com o governo de Omar Al-Bashir e mantiveram uma atuação baseada em táticas de guerrilha e no terrorismo (CEPIK e OLIVEIRA, 2007:3). Embora o Sudão do Sul conte com o aparato herdado do SPLA (*Sudan People's Liberation Army*), o braço armado do grupo rebelde SPLM (*Sudan People's Liberation Movement*), o novo governo terá sérias dificuldades para suprimir milícias rebeldes que atuam em territórios onde não há efetivo controle estatal. Um indicador da insegurança presente no território é representado pelo *Terrorism Risk Index* (TRI), que já aponta o Sudão do Sul como um dos cinco países com maiores riscos de ocorrência de ataques terroristas – atrás somente de Somália, Paquistão, Iraque e Afeganistão (MAPLECROFT, 2011).

Vincula-se a este problema o fato de que grupos armados estrangeiros transitam pelas florestas tropicais do sul do país praticamente sem impedimento. É o caso do movimento fundamentalista cristão ugandês LRA (*Lord's Resistance Army*) – que, apesar de operar atualmente nos territórios da República Centro-Africana e da República Democrática do Congo, utiliza o território do Sul do Sudão com grande facilidade (CASTELLANO DA SILVA, 2011). Se nem mesmo o governo federal do Sudão conseguiu impedir grupos como o LRA de atuar no país, parece difícil que o novo governo de Juba tenha maior sucesso de imediato, especialmente diante das dificuldades de infraestrutura já citadas. Outra questão de central relevância é o fato de que a deficiência securitária do Sudão do Sul possibilita que grupos armados vinculados a Al-Qaeda, como o somaliano *Al-Shabab*, utilizem o território do novo país como retaguarda e base de operações.

A atuação de grupos armados no Sudão do Sul também é resultado de longas disputas e rivalidades envolvendo o Sudão e a Etiópia, que datam da Guerra Fria. Ao longo dos anos 1970 e 1980 a Etiópia apoiou a insurgência do SPLA/SPLM no sul no Sudão, enquanto o Sudão apoiava grupos rebeldes dentro da Etiópia, como o ELF (*Eritrean Liberation Front*), EPLF (*Eritrean Peoples Liberation Front*) e o ONLF (*Ogaden National Liberation Front*). Ressalta-se que tais processos foram alterados a partir dos anos 1990, em consequência da criação da Eritreia e da implosão do governo da Somália, o que fez reduzir as tensões entre o Sudão e a Etiópia. Todavia, mesmo com o fim do apoio oficial etíope aos grupos rebeldes no Sudão e com o predomínio dos conflitos entre Etiópia-Eritreia e Etiópia-Somália, as rivalidades históricas entre Sudão e Etiópia permanecem sendo fator relevante na agenda de segurança regional e interferem na estabilidade do novo Estado.

Ainda em relação à atuação de grupos armados no sul, vale lembrar que graças às deficiências em infraestrutura básica no Sudão, o governo federal nunca conseguiu derrotá-los, entre outros motivos, pela inviabilidade de enviar e abastecer contingentes expressivos de forças militares através de um país que possuía praticamente o

tamanho da Argentina, mas sem estradas que o integrassem. Isto tornava impossível a utilização e sustentação logística de forças de infantaria mecanizada (como veículos blindados), já que não existiam estradas que ligassem o centro do país à região sul por onde pudessem transitar e serem abastecidos. O mesmo problema é enfrentado hoje por Cartum para resolver o conflito em Darfur, região esta que o governo federal definitivamente não controla, tampouco possui capacidade para impor lei e ordem, nem mesmo para impedir que grupos locais lutem entre si.

Como inexiste um aparato de segurança minimamente institucionalizado no novo Estado, a ONU autorizou o envio de uma nova missão de paz para a região. Trata-se da *United Nations Republic of South Sudan* (UNMISS), que substitui a *United Nations Mission in the Sudan* (UNMIS), estabelecida em 2005. A UNMISS consiste em 7 mil soldados e 900 civis, incluindo 500 policiais, com o intuito de garantir a ordem no Sudão do Sul.

Destarte, é forçoso constatar que a pacificação da região só será definitiva quando (e se) houver uma maior articulação de ambos os países com os seus vizinhos, seja através de organizações regionais, como a IGAD, ou continentais como a União Africana. Articulação esta que necessitaria ser traduzida em programas de cooperação que resultem no aumento das capacidades estatais do novo Estado. Ou seja, na ampliação do conjunto de elementos que permitem o Estado (I) extrair recursos de um território (impostos e tributos, recursos humanos, recursos naturais), (II) planejar o incremento e o desenvolvimento dos recursos deste território (fomento das diferentes atividades econômicas regionais, integração da economia nacional, construção de infraestrutura de transportes, energia e comunicações) e (III) oferecer bens e serviços básicos à população deste território (segurança pública, lei e ordem, saneamento básico, saúde, educação).

Geopolítica do petróleo e a disputa com Cartum pela delimitação da nova fronteira

O principal produto de exportação do Sudão é o petróleo, e tudo indica que continuará sendo em um futuro próximo, apesar da separação do Sudão do Sul – principal região produtora. Cumpre ainda lembrar que os rendimentos provenientes do petróleo representam mais de 90% dos ingressos do novo país. A importância das regiões petrolíferas é também percebida quando se observa que os principais confrontos entre tropas governamentais e grupos rebeldes que foram excluídos dos acordos de paz, foram travados justamente nestas regiões (i.e. grupos atuantes em Kordofan do Sul). O petróleo é, portanto, o elemento principal que interliga interesses globais e locais na região.

No âmbito global, salienta-se que, ao perceber que a independência do sul havia se tornado inevitável e que, após o referendo, havia se esgotado qualquer alternativa sustentável de evitar o separatismo, países antes considerados aliados exclusivos de Cartum reconheceram imediatamente a independência de Juba. Importa para essa postura, o fato de que o Sudão do Sul produz aproximadamente 70% do petróleo nacional, além de possuir reservas quase inexploradas de urânio, bauxita, diamante, cobre e ouro. O caso da China é o mais claro. O maior importador de petróleo sudanês e principal aliado internacional do governo de Omar Al-Bashir, passou a aproximar-se do governo do sul desde 2005, buscando mudar a sua imagem perante as autoridades do SPLM. Dessa forma, o país abriu um consulado em Juba em 2008 e iniciou relações com o governo sulista, enquanto que a companhia CNPC apoiava a modernização de instituições locais (LAVALLE e KIRBY, 2011).

Por outro lado, a posição dos EUA foi (e é) centralmente importante para o sucesso do separatismo. Além de receber milhares de refugiados sulistas e de enviar milhões de dólares em ajuda humanitária para a região, o país foi um dos principais defensores dos acordos de paz de 2005 – os quais estabeleceram a realização do referendo de secessão. Ademais, atualmente Washington oferece importantes incentivos a Cartum caso mantenha relações pacíficas com o novo país, tais como, a suspensão das sanções econômicas, a retirada do Sudão da lista de países terroristas e a ajuda para reduzir a dívida sudanesa (LAVALLE e KIRBY, 2011). Importa também que, mesmo

durante o período de sanções econômicas unilaterais estabelecidas pelos EUA ao Sudão, após 2005 a empresa estadunidense Marathon Oil chegou a operar no país, o que gerou críticas de parte da opinião pública interna estadunidense (CEPIK e OLIVEIRA, 2007:3-4).

Tratava-se na prática de uma tentativa de recuperar espaços perdidos desde 1995, quando o embargo ao petróleo sudanês pelo governo norte-americano forçou a interrupção das atividades de exploração por parte da Chevron-Texaco. A medida do governo Clinton permitiu o ingresso de capitais asiáticos (chinês, malaio e indiano) no Sudão, sobretudo da CNPC chinesa. Juntamente à companhia francesa Total, os investimentos asiáticos compõem o consórcio *Greater Nile Petroleum Operating Company* (GNPOC). Importa ressaltar que o avanço da China à região em 1995 relaciona-se com questões econômicas estruturais deste país, que em 1993 tornou-se grande importador de petróleo. Isto, em um quadro em que o modesto crescimento de sua produção interna não consegue acompanhar o robusto crescimento do consumo (PAUTASSO e OLIVEIRA, 2008:375).

Cumpra ainda referir que a presença de mais de 2.000 tropas norte-americanas no Djibouti como parte da *Combined Joint Task Force-Horn of Africa* (CJTF-HOA) preocupa caso se tenha em mente cenários mais pessimistas de crise entre os países no que se refere a disputas por regiões petrolíferas em zonas fronteiriças. O estabelecimento do Comando Africano (AFRICOM) em 2008 e as atuais operações militares empreendidas pela OTAN na Líbia dão plausibilidade para este tipo de perspectiva.

Na esfera local, dentre as disputas internas geradas pela divisão do território do Sudão pode-se citar o caso de Kordofan do Sul e, mormente, as reivindicações do Sudão do Sul de incorporar a região petrolífera de Abyei. A região de Kordofan do Sul é caracteristicamente instável, principalmente nas Montanhas Nuba, onde comunidades e grupos rebeldes pró-sul contestam a sua permanência no lado norte da nova fronteira. Já a região petrolífera de Abyei havia sido inicialmente definida como uma zona desmilitarizada na fronteira entre o Norte e o Sul. Na região havia negociações em andamento para que a renda petrolífera continuasse sendo igualmente dividida entre o Norte e o Sul, como acordado nos protocolos de 2005. Contudo, a reivindicação territorial por parte do Sudão do Sul levou à reação do governo de Cartum, que ameaçou não reconhecer a sua independência.

Em maio deste ano o Sudão acabou ocupando militarmente a região e ocorreram enfrentamentos com tropas do SPLA, com a morte de dezenas de soldados do sul. A ameaça de deflagração de uma nova guerra às vésperas da independência do Sudão do Sul resultou em um recuo por parte do SPLA/SPLM. A crise gerou uma onda de refugiados que se instalaram em campos nas províncias vizinhas a Abyei. Somente em fins de junho um acordo de paz envolvendo a ONU e a Etiópia permitiu o estabelecimento de uma força de paz na região e o início da retirada das forças do Sudão de Abyei. Tudo indica que esta deve voltar a ser uma zona “desmilitarizada” enquanto não for realizado o referendo, definido pelos acordos de 2005, que consultará a população local acerca do destino do território. Como forma de garantir o voto a favor da integridade territorial, o governo do norte tem incentivado o influxo à região de populações árabes tradicionalmente aliadas.

Perspectivas para a integração regional no Chifre da África

Apesar das iniciativas da IGAD e dos projetos de integração regional planejados pela Etiópia para o Chifre da África, a fragmentação territorial do maior país do continente parece obstaculizar este movimento. Considerando a existência de um paradigma epocal nas relações internacionais contemporâneas, em que “*os principais fenômenos políticos são a reorganização territorial do mundo a partir [i] da desintegração de Estados e [ii] a formação de blocos econômicos (...)*” (GUIMARÃES, 2005: 314-15), por enquanto tudo indica que a primeira lógica vem ganhando força na região. A implosão do Estado na Somália; a fragmentação territorial parcial da Etiópia, que perdeu definitivamente o controle da Eritreia em 1993; somadas ao atual processo de fragmentação territorial do Sudão, que

assiste à separação do Sudão do Sul e à insurgência no Darfur; corroboram com a idéia de que a fragmentação tem sido mais forte do que a integração nesta região africana.

Também parece difícil que apenas a criação de acordos de livre-comércio resulte em algum impulso significativo para a integração regional no Chifre da África. Isto parece mais evidente quando se considera as rivalidades históricas e as disputas ainda pendentes que geram desconfianças mútuas entre os países da região. Por outro lado, as recentes iniciativas de cooperação entre Etiópia e Sudão vêm colaborando para a ampliação da interdependência econômica regional. Pode-se citar, por exemplo, a criação de um intercâmbio de serviços e comércio de eletricidade etíope por petróleo sudanês. Isto resultou em um aumento significativo no fornecimento de petróleo do Sudão para a Etiópia, que em 2009 ultrapassou 80% das importações etíopes do produto. Lembra-se que a aproximação definitiva entre os dois maiores países da região parece ser pré-requisito para a estabilização e a pacificação do Chifre africano.

Entretanto, enquanto não ocorrerem investimentos pesados na construção de uma moderna infraestrutura comum aos países do Chifre da África – acrescida de organizações intergovernamentais ou de instituições regionais capazes de resolver os problemas comuns de segurança (insurgência armada, separatismo, extremismo político e religioso, tráfico de armas e pirataria) – tudo indica que não haverá avanço real no sentido de fortalecer a integração regional. Infelizmente, enquanto isto não acontecer os Estados nacionais desta região continuarão sofrendo mais influência das forças deletérias da globalização, ou seja, a implosão ou fragmentação territorial.



This map is intended to give an indication of the locations of hydropower projects currently under construction or operating in Sudan and Ethiopia, and should not be taken as geographically precise. The map differentiates between dams and hydroelectric power plants, as the former impound river water to create reservoirs for electricity production, water supply or irrigation, while the latter mostly utilize the natural flow of water. Most of the hydropower projects displayed currently produce, or are intended to produce, electricity. For further information on which projects harness water primarily for electricity and which provide water for irrigation, see Appendix. The boundaries, names shown and designations used on this map do not imply endorsement or acceptance by the author or by Chatham House.

VERHOEVEN, Harry (2011). "Black Gold for Blue Gold? Sudan's Oil, Ethiopia's Water and Regional Integration" Chatham House, Africa Programme <http://www.chathamhouse.org.uk/files/19482_0611bp_verhoeven.pdf>

Mapa 2 – O potencial de aproveitamento dos recursos hídricos do Chifre da África para a construção de Hidrelétricas e Hidrovias

Pensar na construção de uma infraestrutura comum aos países da região significa pensar em alternativas de geração de energia e de uso de meios de transportes mais limpos e de menor custo, especialmente em soluções duais, como a construção de hidrelétricas com eclusas para viabilizar as hidrovias da região³. Isto se faz necessário especialmente entre os afluentes dos rios Nilo Azul, Nilo Branco e Atbara. Trata-se basicamente de rios de planalto com grandes quantidades de quedas d'água e que necessitam de eclusas para viabilizar seu uso como hidrovia. Praticamente todos os pontos em que se faz necessária a construção de uma eclusa, permite a construção de uma hidrelétrica com eclusa, mesmo que de médio porte. A disponibilidade de energia abundante e barata gerada em hidrelétricas e a viabilidade de transporte de baixo custo, como as hidrovias, podem gerar efeitos relevantes, tais como: permitir o desenvolvimento de atividades industriais; contribuir para a melhoria das condições de vida das populações da região; e, até mesmo, viabilizar a integração entre a Etiópia, o Sudão do Sul e o Sudão.

Considerações Finais

Este artigo procurou analisar a recente independência do Sudão do Sul e identificar alguns dos principais elementos desestabilizadores do novo Estado. Dentre eles pode-se citar a pobreza extrema, as deficiências infraestruturais, o baixo dinamismo da economia nacional, os problemas de segurança pública e as disputas por petróleo que envolvem atores globais e locais. Em todos os casos, mas principalmente neste último, percebeu-se que nenhum dos dois países, Sudão e Sudão do Sul, têm a possibilidade de sobreviver sem o outro. O norte depende das receitas do petróleo e o sul necessita do território nortista para exportar o produto que sustenta minimamente seu governo e sua economia.

Por outro lado, sugere-se que a integração regional, amparada no pilar da infraestrutura, é a alternativa mais sustentável para a região. De fato, talvez o Chifre da África – por estar geograficamente localizado no centro das dinâmicas securitárias que interligam o Oriente Médio, o Norte da África e a África Subsaariana – seja uma das regiões onde a ameaça de “balcanização” é mais presente e significativa. Portanto, é justamente o tipo de região onde é mais urgente o desafio de alavancar e fortalecer a integração regional, como alternativa à fragmentação territorial.

Sem a integração regional, dificilmente estas nações superarão a pobreza, os desafios do desenvolvimento e os problemas securitários comuns a toda a região. Sem a sobreposição de diferentes modalidades de integração regional nos campos político-institucional, econômico-comercial, securitário e infraestrutural, dificilmente esta região conseguirá fazer frente aos novos desafios e às novas demandas que se colocam diante dos Estados contemporâneos. Sem este movimento, dificilmente estes países deixarão de ser considerados alvos das disputas entre as grandes potências, nem alcançarão maior grau de soberania e cidadania, tampouco conseguirão alcançar alguma proeminência no sistema internacional do século XXI.

³ O transporte hidroviário é o meio de transporte motorizado mais barato existente na atualidade e também o que consome menos combustível (quando comparado ao transporte rodoviário, ferroviário ou aeroviário). Chega a apresentar um custo por tonelada em torno 4 a 15 vezes mais barato que o do transporte rodoviário, dependendo da distância percorrida. A geração de energia hidrelétrica também está entre as alternativas de menor custo final, sendo que as grandes hidrelétricas envolvem custos em torno da metade dos custos das termoeletricas ou das usinas nucleares, cerca de ¼ do custo da energia eólica e entre 10 e 15% da energia solar. As hidrelétricas trazem ainda outras vantagens fundamentais para os países desta região: (I) a possibilidade de viabilizar o uso dos rios de planalto como hidrovias, quando são incluídas em suas construções eclusas ou canais; e (II) a oportunidade de construção grandes reservatórios de água para consumo humano e para a irrigação da agricultura, elementos de segurança humana e de segurança alimentar fundamentais em uma região afetada por secas periódicas.

Referências Bibliográficas

- CASTELLANO DA SILVA, Igor (2011). *Guerra e Construção do Estado na Rep. Democrática do Congo: A definição militar do conflito como pré-condição para a paz*. Dissertação Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS.
- CEPIK, Marco; OLIVEIRA, Lucas K. (2007). “Petróleo e Guerra Civil no Sudão”. *Radar do Sistema Internacional*, RSI, p. 1-6. <<http://rsi.cgee.org.br/documentos/4242/1.PDF>>. Acesso em 15 jul. 2011.
- CEPIK, Marco; SCHNEIDER, Luiza (2010). *O papel da Etiópia no Chifre da África: Uma Potência Regional capaz de impor a paz? Conjuntura Austral*, v. 1, n. 1 <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/16166/9560>> Acesso em 15 jul. 2011.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2005). *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- LAVALLE, Guillaume; KIRBY, Steve (2011). “China e EUA disputam posições no Sudão do Sul”. AFP, UOL Notícias, 14/01/2011. <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/01/14/china-e-eua-disputam-posicoes-no-sudao-do-sul.jhtm>>. Acesso em 15 jul. 2011.
- MAPLECROFT (2011). “Newly formed South Sudan joins Somalia, Pakistan, Iraq and Afghanistan at top of Maplecroft terrorism ranking – attacks up 15% globally”. Maplecroft on-line, 03/08/2011. <http://maplecroft.com/about/news/terrorism_index_2011.html>. Acesso em 15 jul. 2011.
- PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas K. (2008). “A segurança energética da China e as reações dos EUA”. *Contexto Internacional*, vol. 30, nº 2, dezembro de 2008, p. 373-374. <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v30n2/v30n2a04.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2011.
- SHHS (2007) *Sudan Household Health Survey 2006*. Ministry of Health of Sudan, Government of Southern Sudan (MOH-GOSS) and Southern Sudan Commission for Census, Statistics and Evaluation (SSCCSE). <<http://www.bsf-south-sudan.org/sites/default/files/SHHS.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2011.
- SUDAN TRIBUNE (2011). “Oil-for-electricity deal between Sudan, Ethiopia could be a regional boon: report”, *Sudan Tribune*, 09/06/2011. <<http://www.sudantribune.com/Oil-for-electricity-deal-between,39158>>. Acesso em 15 jul. 2011.
- TEKLE, Tesfa-alem (2009). “Sudan feeds 80 percent of Ethiopia’s oil demand”, *Sudan Tribune*, 29/11/2009. <<http://www.sudantribune.com/Sudan-feeds-80-percent-of-Ethiopia,33279>>. Acesso em 15 jul. 2011.
- VERHOEVEN, Harry (2011). “Black Gold for Blue Gold? Sudan’s Oil, Ethiopia’s Water and Regional Integration” Chatham House, Africa Programme <http://www.chathamhouse.org.uk/files/19482_0611bp_verhoeven.pdf>. Acesso em 15 jul. 2011.
- VISENTINI, Paulo F.; RIBEIRO, Luis Dario; PEREIRA, Analucia Danilevicz. (2007). *Breve História da África*. Ed. Leitura XXI: Porto Alegre, RS.
- VISENTINI, Paulo F. (2010). *A África na Política Internacional: O sistema interafricano e sua inserção mundial*. Ed. Juruá. Curitiba, PR.

Resumo

O presente artigo aborda a independência do Sudão do Sul e os desafios envolvidos no atual processo de construção do Estado. Dentre as dificuldades, ressalta-se a pobreza, as deficiências de infraestrutura e da economia nacional, problemas de segurança pública e disputas por petróleo que envolvem atores globais e locais.

Abstract

This article addresses the independence of Southern Sudan and the challenges involved in the current process of state-building. Among the difficulties, it emphasizes the poverty, the deficiencies in infrastructure and in the national economy, public security problems and disputes for oil involving global and local actors.

Palavras-chave: Sudão do Sul; Sudão; independência;

Keywords: South Sudan; Sudan; independence;

Recebido em 18/07/2011

Aprovado em 31/08/2011

